

Missões de Chiquitos e Moxos e a capitania de Mato Grosso

As missões jesuíticas de Chiquitos e Moxos representaram um modelo de evangelização que contava com presença permanente de religiosos, ao contrário das “missões volantes” iniciais, a partir da organização de grupos indígenas a serem convertidos e doutrinados, enfim, civilizados. Múltiplas também foram as práticas culturais que essa experiência colocou em ação. Os portugueses referiam-se a esse sistema como “aldeamento”.

Leny Caselli Anzai

Doutora em História
Universidade Federal
de Mato Grosso (Brasil)

A investigação mais ampla que deu origem a esta comunicação diz respeito aos interesses das Coroas ibéricas relacionados à demarcação de fronteiras no século XVIII no território do centro oeste sul americano, mais especificamente o da Capitania de Mato Grosso, criada pela Coroa portuguesa em 1748.

Desde inícios do século XVI que parte desse território já era visitada por navegadores e cronistas espanhóis; no entanto, por não encontrarem nele metais preciosos, os espanhóis preferiram se concentrar no espaço andino. Essa situação se alterou com a movimentação bandeirante na bacia do rio Paraguai à procura de índios para escravizar, e a disputa se acirrou com as notícias sobre a descoberta de ouro em Cuiabá, por volta de 1719. A preocupação dos espanhóis, além da ocupação de terras que a eles tinham sido conferidas por Tordesilhas, tinha a ver com o receio de que os luso-brasileiros alcançassem as riquezas andinas, por meio do rio da Prata ou do rio Paraguai.

Houve intenso crescimento populacional em torno dessas primeiras minas exploradas, e anos mais tarde, com a descoberta e exploração do ouro na região dos divisores de águas das bacias Paraguai-Guaporé-Juruena, no “mato grosso do rio Jauru”, os portugueses se organizaram para garantir sua posse. Uma ação concreta foi a do Conselho Ultramarino que deliberou, por intermédio de Alvará, em 9 de maio de 1748, pela criação da Capitania de Mato Grosso. Essa recém

criada capitania, composta por 65 mil léguas quadradas, limitava-se ao norte com o Grão-Pará, ao sul com a capitania de São Paulo e a capitania de Goiás, e a oeste com as possessões castelhanas. A base de sua população era predominantemente indígena, com presença significativa do escravo negro trazido para as lavras de ouro que foram sendo descobertas (Silva, 1995, p. 21).

Para confirmar a presença lusa nessa fronteira, o primeiro capitão general nomeado, Antonio Rolim de Moura fundou a vila capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, em março de 1752, à margem direita do rio Guaporé. O núcleo urbano passou a abrigar uma população de burocratas, tornando-se também sede militar da capitania. O ato político de fundação da vila assegurava a Portugal a posse de Mato Grosso e de parte da bacia amazônica, já legalizada pelo Tratado de Madri, e consolidava a ocupação portuguesa no extremo-oeste das possessões luso-americanas (Góes Filho, 1999, p. 152). Rapidamente se intensificou o movimento de defesa para conter a reação castelhana; encontravam-se, a oeste, as duas frentes colonizadoras ibéricas: uma para garantir a posse que lhe havia sido conferida por Tordesilhas, e a outra, no movimento de garantir e ocupar aquilo que lhe seria concedido via *uti possidetis*, aumentando ainda mais a elasticidade da imaginária “linha” demarcadora.

Tomando como ponto de observação Vila Bela da Santíssima Trindade, a poucas léguas da outra margem do Guaporé, estrategicamente plantadas encontravam-se missões religiosas, as de Moxos e as de Chiquitos, parte de uma política de ocupação castelhana do território.

Foram diversas as experiências missionárias por redução na América, praticada por ordens religiosas, como a dos jesuítas, dos franciscanos e dos mercedários. Da mesma forma, foram múltiplas as práticas culturais colocadas em ação pela política reducional, pois, embora no geral os jesuítas observassem determinadas normas, as práticas nas reduções diferiam entre si, de acordo com as circunstâncias históricas, as particularidades étnicas e regionais, e as intenções dos grupos envolvidos (Melià, 1989, p. 24).

O estabelecimento das missões de Moxos e Chiquitos fizeram parte de uma estratégia castelhana para controlar suas fronteiras, em especial aquelas mais distantes dos núcleos coloniais mais importantes. Ao mesmo tempo em que mantinha os mais diversos grupos indígenas concentrados, a administração castelhana lançava mão do trabalho dos religiosos para instalarem novos padrões de territorialidade ao qual deveriam se conformar os índios. A localização de Moxos e Chiquitos atendia aos interesses da Coroa espanhola ao se localizar em áreas de fronteira, e também aos interesses dos jesuítas, que desejavam manter os índios afastados das influências da sociedade circundante.

A Companhia de Jesus possuía um projeto missionário e civilizador para a América e, por intermédio das reduções, os inicianos estabeleceram instrumentos de controle ao mesmo tempo em que também instituía uma mediação civilizatória, ao oferecer ao índio recursos de sobrevivência em uma conjuntura que lhes era hostil. Por sua vez, os grupos indígenas distribuídos pelo território estavam ameaçados pelos ataques de “encomenderos” e de bandeirantes, situação que os deixava sem escolha: ou aceitavam a redução que lhes garantia a segurança física ou corriam o risco de serem absorvidos por uma das duas frentes colonizadoras. Concorreu para o sucesso do sistema reducional o fato dos jesuítas, cuja formação se baseava em princípios militares, organizarem a resistência indígena nas reduções repassando aos índios es-

estratégias de guerra, ensinando-lhes o uso de armas de fogo. Sem outra alternativa melhor, sujeitos à captura por paulistas ou por “encomenderos”, nas reduções os índios foram estabelecendo seus espaços e firmando também suas fronteiras, reterritorializando-as.

As missões por redução de Chiquitos e Moxos

Desde fins do século XVII que missionários da Província Jesuítica do Paraguai frequentavam as terras do Chaco, no atual oriente boliviano. A região de Santa Cruz de la Sierra havia se transformado em foco de expedições escravagistas, e o apresamento de índios alcançou tamanha proporção que o governador solicitou o envio de missionários da Companhia para fundar missões que protegessem os índios, ao mesmo tempo em que povoassem as fronteiras. Portanto, interessava à administração espanhola o estabelecimento de missões em postos avançados, e era interessante às autoridades estatais valerem-se do zelo missionário para tomar posse efetiva de regiões distantes e politicamente importantes ao Estado espanhol. Portanto, a organização das missões não se desenvolveu à margem da esfera da administração colonial espanhola nem em contradição com o sistema de governo da Coroa. Jesuítas foram indicados por autoridades coloniais por intermédio de ordens reais, e contaram com auxílio do Estado para a criação das reduções (Konetzke, 1984).

Com o convite aos jesuítas, o governador de Santa Cruz de la Sierra esperava que os padres apaziguassem os grupos indígenas e os protegessem das perseguições que sofriam (Moreno & Salas, 1992, p. 65-66). Foram, então, escolhidos pontos estratégicos, ambos localizados no território constituído atualmente pelo oriente boliviano, para o estabelecimento de dois grupos de missões – Chiquitos e Moxos –, organizadas nos mesmos moldes das missões Guaranis¹, ambas próximas a rios navegáveis, mas geograficamente isoladas das missões do Paraguai, principalmente pela interposição do Chaco. Chiquitos chegou a contar com dez missões, e Moxos quinze.

A capital da missão de Moxos, San Pedro, localizava-se a duas léguas da margem oriental do rio Mamoré, e no tempo dos jesuítas chegou a ter trinta mil habitantes, dos quais, em fins do século XVIII restavam apenas vinte mil, nas 11 missões que então sobreviveram.

Do ponto de vista administrativo, as missões de Moxos dependeram da Província Jesuítica do Paraguai, e a de Chiquitos, da Província Jesuítica do Peru, isso até 1776, quando então passaram a depender do Vice-Reino do Rio da Prata. Ambas as missões localizavam-se na bacia do rio Paraguai, e por Chiquitos passava o divisor de águas das duas maiores bacias hidrográficas da América do Sul: a do Amazonas e a do Prata (Finot, 1978, p. 336-341). Jesuítas espanhóis tentavam passar para a margem direita do Guaporé, estratégia para se alcançar o rio Paraguai, e havia também o desejo dos missionários de atravessar o Chaco de norte a sul, até chegar ao Pilcomayo, consolidando as possessões da província de Chiquitos. Por isso, a fundação de San Inacio, no centro do Chaco. A região de Chiquitos seria o ponto-chave para o domínio da bacia do Paraguai e a comunicação de Mato Grosso com o alto Peru e o Amazonas.

¹ As missões Guaranis localizavam-se em trechos das bacias dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai.

A capital da missão de Chiquitos — San Ignacio de Velasco —, ficava no centro do Chaco², e nelas os jesuítas desenvolveram a produção de algodão, assim como nas missões do Paraguai desenvolveram a produção de erva-mate, e de cacau em Moxos. Exploravam-se também, nas missões, riquezas extrativas dos diversos ambientes próprios a cada uma delas. Os missionários obtiveram excedentes que, comercializados por eles próprios, aumentaram a riqueza da Ordem e os recursos econômicos das áreas ocupadas.

As reduções estabelecidas na província de Chiquitos, correspondem atualmente a cinco províncias bolivianas do Departamento de Santa Cruz de la Sierra³. Dentre estas, destacaremos as reduções que mais contatos mantiveram com a capitania de Mato Grosso, que foram aquelas situadas na atual província de Velasco, pela proximidade que havia entre elas e as vilas principais da capitania de Mato Grosso: San Ignacio, Santa Ana, San Rafael, San Miguel.

Até a chegada dos jesuítas em sua região, os Chiquitos haviam tido muito pouco contato com o conquistador espanhol, se comparados aos Guaraní. A palavra “chiquito”, “pequeno”, designava diversos grupos localizados entre os 14º e 19º de latitude Sul, no Oriente boliviano, zona de transição entre o Chaco Boreal e as selvas pantanosas que se estendem desde o Amazonas. “Chiquitos”, povos do planalto, foram assim chamados devido à suposição de que se tratava de uma povoação de pessoas pequenas, equívoco provocado pela pouca altura das entradas de suas casas.

As vilas e arraiais da Capitania de Mato Grosso e as missões

Quando os paulistas e portugueses descobriram ouro no vale do Cuiabá (1719) e do Guaporé (1734), os espanhóis já ocupavam áreas mais ou menos próximas àquelas minas desde o século XVII, e a documentação comprova o tráfego intenso de pessoas de origem ibérica no vale do Paraguai. No entanto, durante todo o século XVII foi impossível estabelecer povoamento além Chaco, fosse pela ação guerreira dos povos indígenas ou pela ação dos bandeirantes paulistas (Bastos, 1978). A situação levou, em fins do século XVII, a um deslocamento de recursos da Província Jesuítica do Paraguai para as missões orientais de Chiquitos, com a intenção de proteger dos portugueses as minas de Potosí. A nordeste da Província de Santa Cruz de la Sierra, os jesuítas de Lima já haviam estabelecido, na planície, as Missões de Moxos” (Canavarras, 2004, p. 253). Entre estas províncias havia o Chaco, com suas populações guerreiras e o impedimento explícito da Coroa espanhola de abertura de caminho que as ligassem.

Do lado luso da fronteira, vilas e arraiais do ouro passavam sazonalmente por pe-

² Sobre as missões de Chiquitos ver: Costa, José Eduardo F. Moreira da. *A coroa do mundo: território e territorialidade Chiquitano*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato, 2006.

³ As cinco províncias atuais do Departamento de Santa Cruz de la Sierra são: a) província Nuflo de Chavez, à qual correspondem as antigas reduções de Concepción e de San Javier; b) província de Velasco, à qual correspondem as antigas reduções de San Ignacio, Santa Ana, San Rafael, e San Miguel; c) província de Chiquitos, à qual correspondem as reduções de San José, San Juan, e Santiago; d) província Angel Sandoval, à qual corresponde a redução de Santo Corazón; e) Província Germán Busch. Cf. MORENO, Alcides Parejas, p. 22-24.

ríodos de escassez de gêneros de primeira necessidade. Inicialmente Cuiabá tentou três rumos de comunicação para se abastecer: uma terrestre para Goiás, uma para noroeste, pretendendo chegar ao Pará, e outra para o oeste, abrindo caminho para Chiquitos. O caminho de Chiquitos poderia abastecer as minas com bois e cavalos, tecidos, além de possibilitar que os luso-brasileiros chegassem a Santa Cruz de la Sierra para se abastecerem de instrumentos de mineração, lavoura, sal e gêneros alimentícios. Considere-se que a maioria das reduções de Chiquitos ficava mais próxima das vilas da Capitania do que São Paulo, Pará ou mesmo Goiás e, apesar da negativa das autoridades castelhanas, foram intensos os contatos clandestinos entre as aldeias de Chiquitos e a Capitania de Mato Grosso (Lobo, 1960, p. 427).

Os dois grandes grupos de reduções da fronteira eram auto-suficientes economicamente, e a documentação oficial existente, tanto a dos arquivos históricos de Cuiabá, como os do Arquivo Histórico Ultramarino e do Archivo General de Indias são pródigos em informações sobre as tentativas feitas pelos portugueses de abastecer a capitania mineira de Mato Grosso com seus produtos, principalmente cereais, têxteis e gado. Um ponto sobre o qual a documentação é rica diz respeito ao grande número de índios cooptados para desertarem para o Mato Grosso apoiados pelos capitães gerais portugueses, que mantinham funcionários com o fim exclusivo de orientá-los no caminho, pois havia necessidade de famílias para povoar as terras que iam sendo incorporadas, por simples ocupação ou por intermédio de tratados. Consideravam que os índios das missões eram os ideais, por já estarem “domesticados”. Essas intenções são mais visíveis na documentação após a expulsão dos jesuítas (1767), na administração desastrosa dos curas, embora existam documentos indicando que isso já ocorria desde antes da expulsão dos inacianos.

Os jesuítas transformaram suas 11 reduções de Chiquitos e 15 de Moxos em verdadeiras instituições de defesa da fronteira do território espanhol, e essa atuação era vista com preocupação pelo lado português. Moxos e Chiquitos transformaram-se, no dizer de Denise Maldí Meireles, em verdadeiras guardiãs dos territórios de Castela, barrando a entrada de portugueses, principalmente dos capitães gerais da capitania de Mato Grosso, nos caminhos que levavam às minas do Peru.

Os grupos de missões apresentavam muitas características comuns, como o fato de estarem todas localizadas nas nascentes de grandes rios e em terras de pouca altitude, embora nem sempre fossem interligadas. Em Chiquitos e em Moxos, “regiões que hoje têm seus limites com o Paraguai, o Brasil e o Peru, habitadas pelos índios moxos, baures, pampas e chiquitos, os jesuítas aplicaram o mesmo método das missões do Paraguai” (Medrano, 1997, p. 263).

Estrutura básica do trabalho jesuítico, no dizer de Montoya, as reduções eram formadas por “povoados de índios” que:

... vivendo à sua antiga usança em selvas, serras e vales, junto a arroios escondidos, em três, quatro ou seis casas apenas, separados uns dos outros em questão de léguas duas, três ou mais, reduziu-os a diligência dos padres a povoações não pequenas e à vida política (civilizada) e humana. (Montoya, 1985, p. 34)

Experiência plural, as missões jesuíticas de Chiquitos e Moxos representaram um modelo de evangelização que contava com presença permanente de religiosos, ao

contrário das “missões volantes” iniciais, a partir da organização de grupos indígenas a serem convertidos e doutrinados, enfim, civilizados. Múltiplas também foram as práticas culturais que essa experiência colocou em ação. Os portugueses referiam-se a esse sistema como “aldeamento” (Hernández, 1913, p. 280).

Houve sempre muito cuidado, por parte da Ordem, quanto à escolha desses locais de instalação das reduções — tipo de solo, qualidade das águas, existência de peixes, clima adequado. Esses locais concentrariam todo o complexo missional, do qual faziam parte o cemitério, as oficinas, o colégio e os armazéns, distribuídos de modo a oferecer ao índio um modelo de reordenamento espacial e social que buscava reduzi-lo à racionalidade cristã. Nesse processo foi importante o ensino da música, aproveitando-se do talento musical dos índios (Montoya, p. 138). As missões foram grandes produtoras de instrumentos musicais, e seus corais foram elogiados pelos viajantes que as visitavam, mesmo após sua decadência. As festas representavam instrumento educativo importante, principalmente as procissões, durante as quais as ruas eram enfeitadas e eram servidas comidas, acompanhadas de apresentações de cantos e danças, em um processo de mediação entre os costumes cristãos e os indígenas. Momentos festivos legitimavam a ação missionária, e deles os índios elaboravam novos significados, matizando suas práticas com elementos da cultura hispânica.

No interior da redução, uma hierarquia de poderes cooptava as lideranças indígenas, aproveitando sua experiência para o desenvolvimento da ação missionária. Desse modo, a organização social dos grupos reduzidos sofreu profundas modificações, reforçadas pela introdução de símbolos e valores cristãos. No entanto, o inverso também se operou, por confrontos entre as duas partes (Oliveira, 2003). No espaço da redução, índios e jesuítas atribuíram significados à cultura do outro e reelaboraram elementos culturais, em convivência muitas vezes conflituosa, na qual reinterpretavam suas relações cotidianas. Muitas dessas práticas estão contidas nas “*Cartas Ânua*”, correspondência escrita pelos padres das missões e enviadas em intervalos de tempo que poderiam ser de um ano ou mais, ao Superior da Província do Paraguai. Esse superior juntava as informações enviadas pelos diversos padres missionários, às quais acrescentava outras informações, como relatos de viagens e eventos considerados importantes. Em seguida, o Superior da Província as enviava ao Geral da Companhia de Jesus, em Roma (Martins, 1999, p. 149-159).

Algumas ações postas em prática na fronteira oeste luso-espanhola da América do Sul, mais especificamente na região do atual oriente boliviano, nos indicam práticas próprias de um viver em áreas nas quais a defesa do território andava a par com a necessidade de sobrevivência de seus moradores. Nessas relações fronteiriças se interpunham preocupações militares com a necessidade de intercâmbio comercial e de povoamento, muitas vezes à revelia dos tratados entre as metrópoles ibéricas. Distantes dos núcleos urbanos mais densamente povoados, os jesuítas transformaram suas reduções em verdadeiras instituições de defesa do território espanhol. Essa atuação era vista com preocupação pelo lado português, e deve ser analisada como peça fundamental no jogo que então se estabeleceu para a demarcação de limites na fronteira oeste luso-castelhana, no século XVIII.

Eram conhecidas as incursões de colonos luso-brasileiros no território das missões, como “algumas das pessoas que das minas de Mato Grosso tinham passado para as povoações que habitam os espanhóis naquela vizinhança” e que haviam retornado com “cargas de açúcar, sabão, pano de algodão e aguardente de cana” (AHU, 1743).

Essa notícia faz parte da carta que o Provedor e Intendente da Fazenda enviou, em abril de 1743, ao rei D. João V.

A produção interna das missões esteve sempre na mira das autoridades lusas. D. Antonio Rolim de Moura, fundador de Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Capital, em carta escrita em 1752 a Diogo de Mendonça Corte Real, informava que de Vila Bela até a missão chiquitana de San Rafael eram 25 dias de viagem, e que dela até Santa Cruz de la Sierra seriam mais 25 dias. E completava o governador: “caminho freqüentado por alguns moradores destas minas com o intuito de comprar gados à dita missão, de que é muito abundante, apesar das negativas do superior em fazer comércio”. As reduções de Chiquitos não possuíam uma pecuária forte, embora fosse suficiente para suprir suas necessidades de carne e transporte. No momento da expulsão dos inacianos seus *pueblos* contavam com 45.749 cabeças de bois e 5.749 de cavalos (Moreno & Salas, 1992, p. 155).

Rolim se mostrava impressionado com as missões espanholas de Chiquitos e de Moxos, principalmente a de São Pedro, que dizia ser “cabeça de todas”, “onde reside o superior, que me asseguram ser uma cidade em que há até fábrica de sinos”. Rolim registrou que, embora houvesse milhares de índios, estes não eram guerreiros, utilizando apenas arco e flexa, apesar dos comentários sobre o fato de que “de Santa Cruz de la Sierra tinha vindo um oficial à aldeia da Exaltação da Cruz, que está no rio Mamoré junto à barra, para ensinar os índios a servirem-se das armas de fogo”.

Ao contrário do esperado, a expulsão dos jesuítas não destruiu os *pueblos* missioneiros, conforme ocorreu no Paraguai. Em Chiquitos, a administração colonial tentou manter a mesma organização imposta pela Companhia nos onze *pueblos*, mais de vinte estâncias e cerca de vinte e cinco mil habitantes das missões. Durante o tempo que permaneceram nas missões, os jesuítas assumiram a responsabilidade de defender a fronteira das ambições portuguesas representadas pelas bandeiras paulistas, que atacavam sistematicamente desde as margens do rio da Prata até os confins de Mojos e Baures.

Com a expulsão da Companhia, o império espanhol diminuiu drasticamente o controle relativo que mantinha sobre a fronteira oriental. As reduções, por sua vez, passaram por mudanças administrativas que levaram à desorganização de sua produção e perda de seus bens. O bispo de Santa Cruz organizou um sistema de administração pós jesuítas, no qual dois curas centralizavam todos os poderes que antes pertenciam aos padres da Companhia, sendo um encarregado de todas as atividades econômicas e outro das religiosas. No entanto, o despreparo dos novos administradores levou a toda sorte de desmandos, dentre os quais o desvio de produtos das comunidades indígenas para Santa Cruz e Cochabamba, e o contrabando com Mato Grosso em proveito próprio.

Desse modo, deu-se como que uma “institucionalização” do contrabando pela via das missões de Moxos e de Chiquitos, práticas que se utilizava de caminhos já existentes, e que contribuíram para a destruição completa da capacidade produtiva organizada pelos jesuítas. Práticas conhecidas, ilegais, embora não ignoradas, os negócios ilícitos garantiam ampla margem de ação aos negociantes, articuladas com outras formas de negócios coloniais. O contrabando de animais, principalmente de mulas, era intenso. Embora proibido na fronteira desde 1764, esse produto continuou a circular, envolvendo administradores coloniais, espanhóis, portugueses e índios, que se articulava em uma rede na qual a reciprocidade e o parentesco representa-

ram importante papel. Tolerado pelas autoridades portuguesas, o contrabando era praticado por pessoas que eram responsáveis pela defesa dos territórios. Desse modo, fazer “vistas grossas” funcionava como uma espécie de concessão, em um território de domínio instável.

Aproveitando-se da perda de controle do território das missões, os capitães gerais portugueses avançaram para a margem direita das nascentes do rio Paraguai, e entre 1770 e 1778, consolidam sua presença em território castelhano, com a fundação do Forte de Nova Coimbra. Diante das ameaças portuguesas, o rei de Espanha Carlos III criou, em 1776, o Vice-reinado do Rio da Prata e, logo em seguida, em 1777, foram criados os Governos militares de Moxos e Chiquitos, cujo governador foi o Capitão Barthelemi Verdugo. Esse governo militar, no tocante a questões político-administrativas dependia diretamente da Audiência de Charcas, mas no aspecto militar estava sujeito ao governador de Santa Cruz de la Sierra. Verdugo havia recebido a recomendação de promover comunicação comercial com o Paraguai, cuidando que não se desviasse de Cuiabá, considerando que uma das funções de seu governo militar era enfrentar “el peligro portugués” fundando povoados que barrassem o avanço deles rumo às missões, e que servissem de escala ao comércio com o Paraguai.

Após a expulsão dos jesuítas, a saída de índios das missões rumo à Capitania de Mato Grosso tornou-se mais evidente e mais freqüente, a ponto de no termo da fundação de Vila Maria do Paraguai, de outubro de 1778, o capitão general Luíz de Albuquerque fazer constar que a povoação da vila havia iniciado com 161 pessoas desertadas da província de Chiquitos (NDIHR, AHU, mic. 273). A posição geográfica privilegiada ocupada por Vila Maria lhe conferia importância militar e econômica; próxima ao rio Paraguai e ao Prata, e também da capital da capitania, localizava-se também muito próxima a uma fronteira litigiosa com as possessões espanholas. Em novembro do mesmo ano, o capitão general enviou carta ao secretário de Estado Martinho de Melo e Castro remetendo o termo de fundação da vila e confirmando a presença chiquitana na Capitania. O governador solicitava o envio de famílias brancas, e reclamava dos índios da capitania, que dizia serem inconstantes, ferozes, indomáveis e indolentes.

Portanto, enquanto não chegavam os brancos, a preferência recaía sobre os índios das reduções de Castela, como os quarenta vindos das missões de Coração de Jesus e São João, da Província de Chiquitos, que chegaram montados em cavalos, éguas e mulas, guiados por pessoas colocadas pelo governador em lugares estratégicos, “gente que os descubra [aos índios] e lhes mostre o caminho destes domínios, lisonjeando-me, talvez, de poder ainda mais consideravelmente povoar com gente castelhana a nova povoação de Vila Maria” (NDIHR, AHU, mic.274). Para manter os índios das missões castelhanas em território português, Luiz de Albuquerque comprou uma fazenda de gado às margens do rio Paraguai,

... pois os índios sendo criados em países de imenso gado vacuum, como são todas estas adjacentes províncias de Moxos e Chiquitos [ilegível] estranhariam infinito a falta de semelhante socorro, ou continuariam a obrigar a Real Fazenda à grossa despesa de lhe estar comprando freqüentes vezes (como por necessidade já tinha principiado a executar-se) alguns bois ou carne seca, o que atendido o maior excesso dos preços, seria na verdade bem difícil de tolerar. (NDIHR, AHU, mic. 264)

Embora possamos contar com fontes oficiais abundantes sobre os conflitos entre as duas Coroas ibéricas na América do Sul, como as do Arquivo Ultramarino de Lisboa, as do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, e dos Anais de Vila Bela, recentemente publicados, o tema da fronteira e das missões jesuíticas do oriente boliviano ainda é muito pouco discutido. Talvez isso possa ter relação com uma historiografia que tentasse mascarar as relações mantidas entre portugueses e espanhóis para além dos conflitos e disputas, obscurecendo um complexo cenário de trocas regionais, que podem explicar as dinâmicas subjacentes àquele mercado. Os documentos produzidos nos domínios lusos, como os Anais de Vila Bela, mostram a intensa participação de espanhóis no trato ilícito e, embora fique sub-registrada a ação dos súditos portugueses, essa atividade não deixa de estar presente na documentação. A análise do comércio de gado e as ligações dos contrabandistas com outros espaços coloniais podem contribuir para ampliar o quadro de estudos sobre a economia colonial. Nesse contexto, o próprio conceito de fronteira deve ser rediscutido, considerando-se os significados que lhe eram atribuídos pelas pessoas da época, segundo seus relacionamentos e experiências.

Morador de uma região próxima a territórios de um outro império, era no espaço fronteiriço que se dava a transformação do contrabando em mercadoria, muitas vezes praticados pelos próprios soldados e oficiais. Para os moradores dos dois lados dos marcos oficiais, essas relações eram mantidas mesmo em tempo de guerra, principalmente aquelas relacionadas às trocas de animais, que nesses períodos escasseavam. Portanto, o contrabandista poderia ser a mesma pessoa que fazia a defesa do território. Essas práticas eram próprias de um viver em áreas na qual a defesa do território andava a par com a necessidade de sobrevivência de seus moradores. Desse modo, por mais rígidas que fossem as leis das metrópoles ibéricas, formas híbridas de conduta eram praticadas, principalmente aquelas estabelecidas entre os núcleos de povoamento da capitania de Mato Grosso e as missões jesuíticas da fronteira oeste, nas quais se interpunham preocupações militares com a necessidade de intercâmbio comercial e de povoamento.

As proibições legais não conseguiam impedir o intenso relacionamento entre as duas possessões ibéricas. Essa intensa movimentação na fronteira congregava espanhóis, portugueses, índios, negros e mestiços, e sua complexidade nos alerta sobre o cuidado que se deve ter ao analisar esses múltiplos grupos em ação. Nessa linha de interpretação, procuramos refletir não apenas sobre o confronto, mas também sobre o convívio entre os diversos grupos. A justaposição de práticas estimula capacidades de invenção e improvisação exigidas pela sobrevivência em um contexto extremamente heterogêneo, em uma situação sem precedentes.

Referências bibliográficas

- AMADO, Janaína & ANZAI, Leny Caselli. *Anais de Vila Bela: 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato, 2006
- BASTOS, 1978. BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. Os jesuítas e seus sucessores (II). (Moxos e Chiquitos - 1767-1830). In: *Revista de História*. Ano XXIII, Vol. XLIV. São Paulo, 1971.
- CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

- CHARUPÁ, Roberto Tomichá. *La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos*: Bolívia (1691-1767). Cochabamba: Editorial Verbo Divino, 2002.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994.
- FINOT, Enrique. Enrique. *Historia de la conquista del oriente boliviano*. La Paz: Libreria Editorial Juventud, 1978.
- GÓES FILHO, Synesio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gustavo Gili, 1913.
- KONETZKE, Richard. *América Latina: la época colonial*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1984.
- LOBO, 1960, 427. LOBO, Eulália. Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718. In: *Revista de História*, n 40. P. 411. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1959-1960.
- MARTINS, Maria Cristina Bohn. *A festa guarani nas reduções*. Perdas, permanências e transformação. Tese de doutorado apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da PUC do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.
- MEDRANO, 1997, p. 263. MEDRANO, Lilia I. Zanotti de. "Moxos: uma missão de fronteira". p. 261-274. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (orgs.) *América 500 Anos: Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1997.
- MONTOYA, Antônio Ruiz de. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguay, Paraná, Uruguay e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.
- MORENO, Alcides Parejas. *Chiquitos: um paseo por su historia*. Santa Cruz de la Sierra: APAC, 2004.
- MORENO, Alcides Parejas; SALAS, Virgilio Suárez. *Chiquitos: historia de una utopia*. Santa Cruz de la Sierra: CORDECRUZ/Universidad Privada de Santa Cruz de la Sierra, 1992.
- OLIVEIRA, Oséias de. *Índios e jesuítas no Guairá: a redução como espaço de reinterpretação cultural (século XVII)*. Tese de doutorado em História. UNESP/Assis, 2003.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci Volpato. *A conquista da terra no universo da pobreza*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.

Fontes Manuscritas

- AHU – 1743, abril, 1 – Vila de Cuiabá – “Carta do Provedor e intendente da Fazenda preso Manoel Rodrigues Torres ao rei [D. João V], sobre a notícia de que algumas pessoas das minas de Mato Grosso, tinham passado para as povoações espanholas, e trazido cargas de açúcar, sabão, pano de algodão e aguardente”.

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR / UFMT

- Correspondências de Antonio Rolim de Moura. Carta a Diogo de Mendonça Corte Real. 28 de maio de 1752. Vol.I. Cuiabá, UFMT, 1983.
- Correspondências de Antonio Rolim de Moura. Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 14 de fevereiro de 1755. Vol.II. Cuiabá, UFMT, 1983.
- Microficha 264 - Fundo: Documentos Avulsos sobre Mato Grosso – Caixa 18, n. 1164; Caixa 19, n. 1205
- Microficha 273 - Fundo: Documentos Avulsos sobre Mato Grosso – Caixa 18, n. 1162.
- Microficha 274 - Fundo: Documentos Avulsos sobre Mato Grosso – Caixa 18, n. 1165.